E-mail: redacao@arazao.com.br

Controle social em saúde: para saber...(II)

Maria Celeste Landerdahl e Beatriz Unfer

Sedufsm

O envolvimento e participação das pessoas na fiscalização da qualidade dos serviços de saúde pública é um direito inscrito na CF de 1988 e regulamentado na Lei 8142/90. Além de um direito, consideramos um dever de todo cidadão contribuir na melhoria dos serviços públicos de saúde por meio do encaminhamento aos Conselhos de Saúde (CS), de queixas, bem como de propostas para criação de estratégias que busquem a superação de problemas encontrados na rede pública de atenção à saúde.

Os CS, instâncias deliberativas onde as decisões sobre saúde se processam em todas as esferas de governo (municipal, estadual e nacional), só surgiram com a atual política pública de saúde materializada no SUS - Sistema Único de Saúde, assegurado esse na CF de 1988; sendo, portanto, muito jovem. Por essa razão, talvez, a sociedade não se perceba, ainda, sujeito na formulação, acompanhamento, avaliação e fiscalização das políticas públicas de saúde; sendo necessário o acesso de todos ao conhecimento como forma de possibilitar sua participação em um espaço que lhe é de direito no cenário sanitário. Acreditamos que o conhecimento possa qualificar o controle social na construção do modelo assistencial que merecemos.

Nesse sentido, a Resolução 333/2003/MS estabelece que os CS devem "estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde e divulgar as funções e competências do Conselho de Saúde, seus trabalhos e decisões por todos os meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local de reuniões". Em cumprimento a tal prerrogativa, no papel de representantes da UFSM no Conselho Municipal de Saúde (CMS), estamos construindo, em parceria com o CPD e acadêmicos de Odontologia e Enfermagem/UFSM, um espaço junto à página eletrônica da UFSM - , com intuito de contribuir na democratização do conhecimento no campo da saúde pública no município. Além de informações gerais sobre o CMS e relatórios de comissões, o espaço referencia outras fontes eletrônicas para melhor compreensão acerca da política de saúde atual.

Certamente a página nunca ficará pronta, uma vez que o movimento no campo da saúde tem sido constante; porém, na medida do possível e, contando com sugestões e críticas de quem a acessar, será mantida atualizada.

Sonia

Pacto pelo desenvolvimento ou arapuca eleitoral?

Ivar Pavan

Deputado estadual

O presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, do partido que governa o Rio Grande do Sul, está propondo um pacto pelo desenvolvimento. Na retomada dos trabalhos no Legislativo, no dia 15 de fevereiro, propôs uma cruzada cidadã para tirar o estado da crise. Ou seja, no último ano de um governo que se elegeu com a retórica da união e da paz, propõe novamente um pacto em ano eleitoral? Mas isso já foi proposto na última campanha!

Que diferença tem a afirmação um pacto pelo desenvolvimento do slogan de governo o "Rio Grande Unido e Forte"? Será que o governo do diálogo falhou e está reeditando a fórmula?

Esse pacto nada mais é que a tentativa de fugir da avaliação do governo que produziu resultados pífios ou se sustenta com medidas nefastas, como o tarifaço, que aumentou o ICMS da gasolina, telefone e luz; o baixo reajuste aos servidores do Estado e o corte de recursos das áreas sociais.

Quem não fez em quatro anos reapresenta a cantilena em ano de eleição, apostando na amnésia dos gaúchos. Será um pacto ou uma arapuca eleitoreira?

Superação de crises se faz na prática e não na retórica sedutora da pacificação. Na prática o governo atual aumentou impostos, acachapou a saúde, extinguiu programas sociais e silenciou a participação popular. O atual governo sucateou a Secretaria de Desenvolvimento e abandonou programas de apoio às pequenas e médias empresas.

E quer um pacto pelo desenvolvimento? Desenvolvimento dos apadrinhados de costume? Superar a crise de quem precisa ou de quem está bem? É um pacto ou acordo do partido do governo com os principais beneficiados? Vide as isenções fiscais que beneficiaram apenas grandes empresas.

Os resultados dos últimos dois governos do PMDB são iguais. Antônio Britto e Germano Rigotto adotaram a mesma política, com favores fiscais às grandes empresas, aumento de tributos, agravamento das finanças públicas, aprofundamento dos abismos sociais, piora na qualidade do serviço público e redução no crescimento econômico e nos empregos. Além de minimizar ou extinguir iniciativas voltadas para o social, foram eliminadas ferramentas que estimulam o desenvolvimento de forma parelha.

Não é estranho que na mesma temporada que os governistas propõe o pacto, algumas entidades empresariais estejam lançando idéia muito similar. Porém, o cidadão precisa estar atento que por trás desta simpática e aparente altruística proposta do Rio Grande que Queremos está em disputa o papel do Estado. A quem ele vai servir. Ao interesse público ou ao privado.

O Fator Rigotto

Márcio C. Coimbra

Advogado

Enquanto os partidos ainda decidem os nomes de seus candidatos e as pesquisas de opinião realizam fotografias da tendência do eleitorado para a eleição presidencial, os diversos cenários possíveis continuam sendo analisados. Uma perspectiva interessante é traçada pela presença da eventual candidatura de Germano Rigotto pelo PMDB ao Palácio do Planalto. O Governador do Rio Grande do Sul, dependendo do cenário, pode se tornar um sério postulante à Presidência da República.

Rigotto busca se consolidar como a terceira-via na eleição presidencial, repetindo o feito da campanha ao governo do Rio Grande do Sul em 2002. Sua estratégia está em situar-se entre tucanos e petistas, passando ao largo da rixa entre os dois partidos e conseqüentemente consolidar-se como o nome capaz de unir e pacificar a situação política. O Governador gaúcho precisa, entretanto, de uma situação capaz de viabilizar sua estratégia. O ponto central está desenhado na rejeição, ou potencial de rejeição dos postulantes de PSDB e PT, como forma de viabilizar o surgimento de seu nome como uma terceira-via. No Rio Grande do Sul funcionou, pois Rigotto viabilizou-se entre a rejeição ao petismo que governava o Estado, materializado no nome de Tarso Genro, e a aquela angariada pelo antigo governador Antônio Britto. O Governador do PMDB precisa de um cenário similar para emplacar sua estratégia com chances reais de vitória. Assim, o cenário mais favorável para Rigotto será aquele em que os postulantes sejam candidatos com alto grau ou potencial de rejeição. A presença do presidente Lula como candidato forma metade do tabuleiro perfeito para o Governador, entretanto, o problema está na formação da outra metade. O ideal para Rigotto é o PSDB lançar a candidatura do prefeito José Serra. O tucano iniciou a eleição presidencial de 2002 com 32% de rejeição, sendo alçado a 46% no final do pleito. Como o presidente Lula aparece nas pesquisas atuais como o segundo candidato com maior rejeição, com 30%, perdendo apenas para Garotinho, que possui 37%, a polarização Lula *versus* Serra se torna a mais convidativa para construção do projeto de vitória de Rigotto, pois ambos tem grande potencial de rejeição a ser explorado. A polarização da campanha entre dois candidatos com alta rejeição, abre caminho para a terceira-via representada pelo Governador gaúcho.

O caminho de Rigotto pode ser dificultado, entretanto, com a eventual indicação do governador Geraldo Alckmin para disputar a Presidência pelo PSDB. O Governador de São Paulo possui um índice de rejeição similar ao de Rigotto, por volta de 15% do eleitorado, e representa uma candidatura com melhor aceitação na classe média do que Serra. O estilo sereno e conservador de Alckmin também pode atrapalhar os planos do Governador gaúcho, pois o paulista consegue angariar em torno de si, tanto os votos de Serra, como os eventuais e preciosos votos que poderiam desaguar em uma terceira-via, afetando de forma fatal os planos de Rigotto, correndo este, neste contexto, risco de cristianização.

O fator Rigotto deve ser analisado com seriedade em todos os cenários, entretanto, suas maiores chances estão ligadas a polarização eleitoral entre dois candidatos com forte rejeição, onde seu nome pode se fortalecer e se tornar "a ponte por onde todos irão atravessar". Até lá, contudo, o Governador do Rio Grande do Sul tem muito trabalho pela frente, especialmente na convenção do PMDB, onde tende a se fortalecer como o nome de candidato do partido, pois consegue aproximar seus correligionários e aqueles que ainda poderiam buscar uma composição com o PT. Seu oponente, Garotinho, é um cristão novo no partido, possui alta rejeição no eleitorado e sua eventual administração pode se tornar um "governo Garotinho" ou invés de um "governo do PMDB". Rigotto, assim como Alckmin, tem se mostrado um político hábil, capaz de articular, contornar e enfrentar resistências internas. Se apresentar as mesmas qualidades no pleito presidencial, pode ser a grande surpresa desta eleição. O fator Rigotto pode fazer a diferença que este pleito necessita.

Tenho "dito"

"Que ninguém de nós cruze os braços, façamos o que pudermos para ajudar na Campanha da Fraternidade".

Do bispo de Santa Maria, **Dom Hélio Rubert**, sobre a Campanha da Fraternidade 2006, que tem como tema Fraternidade e pessoas com deficiência.

"De forma respeitosa com a Câmara e com a comunidade, vamos lá para reforçar a importância dessa parceria com a Cacism que, na prática, significa a viabilidade de uma área verde nos bairros Nonoai e Medianeira".

Do secretário Municipal de Turismo e Eventos, **Paulo Ceccim**, confirmando presença na audiência pública de amanhã, para discutir o Centro de Eventos.

"Garanto que na maioria das escolas de Santa Maria, o início das aulas ainda não tem data para acontecer".

Do diretor geral do 2º Núcleo do Cpers, **Bruno Pippi Filho**, sobre a orientação do sindicato para que o dia de hoje seja de paralisação nas escolas estaduais para aguardar a definição da assembléia da categoria, que acontece em Porto Alegre.

A RAZÃO

Em atividade desde 09 de outubro de 1934

Fundador:
Clarimundo Flores

Empresa Jornalística De Grandi Ltda

Fundador:
LUIZINHO DE GRANDI

Diretora-Presidente:
MARIA ZAIRA DE GRANDI

Editor:
JOSÉ MAURO BATISTA

A Razão Editora Ltda

Circulação e edição
Rua Paul Harris, nº 2
Fone: (055) 3025-5555

SEDE
Rua Serafim Valandro, 1284
CEP: 97015-630 - Santa Maria - RS
Fone: (055) 3222-5555
Fax: (055) 3222-4920
Atendimento ao Cliente:
Fone: (055) 3222-2222
www.arazao.com.br
redacao@arazao.com.br
comercial@arazao.com.br

SUCURSAL
Rua Garibaldi, 659 - Conj. 102, Floresta
CEP: 90035-050 - Porto Alegre - RS
Fone/Fax: (51) 3221-3290
diarios@grupodediarios.com.br